

HABEAS CORPUS Nº 515.027 - SP (2019/0167104-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANIEL MOBLEY GRILLO - RJ134850
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RONE AL UNSER ALVES DOS SANTOS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RONE AL UNSER ALVES DOS SANTOS no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0083401-53.2014.8.26.0050).

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado a 1 ano e 9 meses de reclusão pelo crime previsto no art. 180, *caput*, do Código Penal, em razão da receptação de um veículo. A sentença condenatória justificou a fixação do regime fechado por ser o paciente *"reincidente em razão de condenação definitiva por tráfico ilícito de entorpecentes, além de ostentar outro processo criminal em andamento, por seqüestro, receptação, formação de quadrilha e resistência, em concurso material, em que já foi condenado em primeira instância"* (e-STJ fl. 19).

O Tribunal de origem negou provimento ao apelo do réu e determinou a execução da pena após esgotada a jurisdição ordinária (e-STJ fl. 45/59).

Os embargos de declaração opostos contra esse acórdão foram rejeitados.

No presente *habeas corpus*, o impetrante defende que a dosimetria da pena-base violou o dever de fundamentação das decisões judiciais. Alega que o valor do bem não justifica a exasperação da pena-base. Sustenta, ainda, o cabimento do regime inicial semiaberto. Ao final, requer o redimensionamento da pena e a fixação de regime inicial mais brando.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pelo impetrante, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça, bem como o envio das decisões proferidas nos autos da ação penal, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator